



# Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

CONTRATO N. 018/2020

**Contrato para a realização do programa “Liderança de Alto Impacto”, autorizado pelo Senhor Eduardo Cardoso, Secretário de Administração e Orçamento, na fl. 81 do PAE n. 42.413/2019, que entre si fazem o Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina e a empresa VIS Desenvolvimento de Liderança Ltda., em conformidade com a Lei n. 8.666/1993, tendo sido esta contratação realizada mediante inexigibilidade de licitação, com fulcro nos artigos 25, II, e 13, VI, da Lei n. 8.666/1993.**

Pelo presente instrumento particular, de um lado o TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA, órgão do Poder Judiciário da União, inscrito no CNPJ sob o n. 05.858.851/0001-93, com sede na Rua Esteves Júnior, n. 68, nesta Capital, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, neste ato representado por seu Secretário de Administração e Orçamento, Senhor Eduardo Cardoso, inscrito no CPF sob o n. 017.461.409-84, residente e domiciliado em Florianópolis/SC, e, de outro lado, a empresa VIS DESENVOLVIMENTO DE LIDERANÇA LTDA., estabelecida na Rua Arnaldo Bonchewitz, n. 155, Centro, São José/SC, CEP 88103-215, telefones (48) 3259-3601 e (48) 9 9631-0009, e-mail administrativo@visdl.com.br, inscrita no CNPJ sob o n. 03.533.967/0001-27, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pela sua Diretora, Senhora Bruna Manuela Adriano, inscrita no CPF sob o n. 059.523.439-96, residente e domiciliada em Florianópolis/SC, têm entre si ajustado Contrato para a realização do programa “Liderança de Alto Impacto”, de acordo com a Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas:

## CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente Contrato tem como objeto a realização do programa “Liderança de Alto Impacto”, conforme indicado abaixo:

### 1.1.1. Caracterização e composição do objeto:

- a) Nome: Programa “Liderança de Alto Impacto”;
- b) Empresa: VIS Desenvolvimento de Liderança Ltda.;
- c) Período: agosto/setembro 2020;
- d) Carga horária: 32 horas;
- e) Quantidade de servidores: Presencial – até 18 pessoas;
- f) Local: *In company*;
- g) Ministrantes: Cristiano J. Castro de Almeida Cunha e Aulina Judith Folle Esper; e
- h) Conteúdo programático: conforme proposta.

### 1.1.2. Estrutura do Programa e Objetivos dos Módulos:

Módulo	Após o módulo, o participante deverá ser capaz de:
9. Negociação e Condução de Reuniões	– Aplicar de forma eficiente os princípios da negociação;

	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Dizer “não” de forma positiva;</li> <li>- Chegar a um “sim” de maneira que satisfaça as partes envolvidas;</li> <li>- Apresentar e “vender” melhor suas ideias; e</li> <li>- Conduzir reuniões de maneira mais efetiva.</li> </ul>
10. Gestão do Estresse Pessoal e Grupal	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Identificar sinais de estresse;</li> <li>- Lidar com situações estressantes; e</li> <li>- Dominar técnicas de relaxamento e redução do estresse.</li> </ul>

### 1.1.3. Cronograma proposto:

MÊS	DIAS	TURMA - MÓDULO
Agosto/2020	20-21	Módulo 9
Setembro/2020	10-11	Módulo 10

### PARÁGRAFO ÚNICO

A prestação dos serviços obedecerá ao estipulado neste Contrato, bem como às disposições do PAE n. 42.413/2019, além das obrigações assumidas na proposta firmada pela Contratada em 22/4/2020, e dirigida ao Contratante, contendo o preço e especificações do objeto que, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste Contrato, no que não o contrariem.

### CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O Contratante pagará à Contratada, pela execução do objeto deste Contrato, o valor total de R\$ 25.310,00 (vinte e cinco mil, trezentos e dez reais), referente aos serviços descritos na Cláusula Primeira deste Contrato, sendo de R\$ 12.655,00 (doze mil, seiscentos e cinquenta e cinco reais) por módulo/turma.

### CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

3.1. O presente Contrato terá vigência a partir da data de sua assinatura até o recebimento definitivo do 2º Módulo/Turma objeto deste Contrato.

### CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

4.1. O pagamento será feito em até 30 (trinta) dias, em favor da Contratada, mediante depósito bancário, após o cumprimento das obrigações contratuais e a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, **desde que não haja fator impeditivo imputável à empresa**.

4.1.1. O recebimento definitivo dar-se-á em até 5 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa.

4.2. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

4.3. É condição para o pagamento do valor constante da Nota Fiscal/Fatura a prova de Regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), com as contribuições para a Previdência Social (INSS), bem como a prova de inexistência de Débitos Trabalhistas (CNDT).

4.4. Nos termos do § 4º do art. 6º da Instrução Normativa RFB n. 1.234, de 12 de janeiro de 2012, o TRESC efetuará consulta ao Portal do Simples Nacional para fins de verificação da condição da empresa de optante pelo Simples Nacional. Caso não seja esse o regime de tributação utilizado em suas relações comerciais, serão retidos pelo TRESC os encargos

tributários atribuídos a empresas não optantes.

4.5. Quando ocorrerem **atrasos de pagamento** provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = N \times VP \times I$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; e

VP = Valor da parcela em atraso.

I = Índice de atualização financeira:

I = 6/100/365 (ou seja, taxa anual/100/365dias).

I = 0,0001644.

## CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. As despesas decorrentes do presente Contrato correrão à conta do Programa de Trabalho 02.122.0033.20GP.0042 – Julgamento de Causas e Gestão Administrativa no Estado de Santa Catarina, Natureza da Despesa: 3.3.90.39, Elemento de Despesa: Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica, Subitem 48 – Serviços de Seleção e Treinamento.

## CLÁUSULA SEXTA - DO EMPENHO DA DESPESA

6.1. Foi emitida a Nota de Empenho n. 2020NE000504, em 27/4/2020, no valor de R\$ 25.310,00 (vinte e cinco mil, trezentos e dez reais), para a realização da despesa.

## CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

7.1. O Contratante se obriga a:

7.1.1. efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidas nas Cláusulas Segunda e Quarta deste Contrato;

7.1.2. promover, através de seu representante, o servidor titular da Divisão de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores da EJESC, ou seu substituto, ou seu superior imediato, a fiscalização deste Contrato, em conformidade com o artigo 67 da Lei n. 8.666/1993; e

7.1.3. proporcionar todas as condições para que a Contratada possa executar o objeto dentro das normas deste Contrato.

## CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. A Contratada se obriga a:

8.1.1. ministrar o programa nas condições, preço e prazo estipulados neste Contrato, bem como no Projeto Básico e em sua proposta, constantes do PAE n. 42.413/2019;

8.1.2. desenvolver o conteúdo do programa segundo metodologia pedagógica específica, com base no conteúdo programático especificado em sua proposta;

8.1.3. conceder certificação aos participantes que atenderem aos requisitos de aprovação, conforme proposta;

8.1.4. arcar com todos os tributos referentes a esta contratação;

8.1.5. não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto contratado, sem prévia anuência do TRESC; e

8.1.6. manter durante a execução do Contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no PAE n. 42.413/2019.

## **CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES**

9.1. Se a Contratada descumprir as condições estabelecidas neste instrumento ficará sujeita às penalidades previstas na Lei n. 8.666/1993.

9.2. Em conformidade com o artigo 86 da Lei n. 8.666/1993, o atraso injustificado na execução dos serviços objeto deste Contrato sujeitará a Contratada, a juízo do Contratante, à multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao dia sobre o valor do Contrato, a partir do dia imediato ao do vencimento do prazo estipulado, até a data de execução do objeto ou da conclusão dos serviços.

9.2.1. O atraso superior a 30 (trinta) dias será considerado inexecução contratual.

9.3. Nos termos do artigo 87 da Lei n. 8.666/1993, pela inexecução total ou parcial deste Contrato, o Contratante poderá aplicar, à Contratada, as seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) no caso de inexecução parcial, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do objeto que não foi executado;
- c) no caso de inexecução total, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do objeto contratado;
- d) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos; e
- e) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

9.4. Da aplicação das penalidades previstas nas alíneas "a", "b", "c" e "d" da Subcláusula 9.3 caberá recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a partir da data da intimação.

9.5. O recurso será dirigido ao Diretor-Geral, por intermédio do Secretário de Administração e Orçamento, que poderá rever a sua decisão em 5 (cinco) dias úteis, ou, no mesmo prazo, encaminhá-lo, devidamente informado, ao Diretor-Geral, para apreciação e decisão, em igual prazo.

9.6. Da aplicação da penalidade de declaração de inidoneidade, prevista na alínea "e" da Subcláusula 9.3, caberá pedido de reconsideração, apresentado ao Presidente do TREC, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da data da intimação.

## **CLÁUSULA DÉCIMA - DA ALTERAÇÃO**

10.1. Este instrumento poderá ser alterado na ocorrência de qualquer dos fatos estipulados no artigo 65 da Lei n. 8.666/1993.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO**

11.1. Este Contrato poderá ser rescindido nos termos da Lei n. 8.666/1993.

11.2. Nos casos de rescisão, previstos nos incisos I a VIII e XVIII do artigo 78 da Lei n. 8.666/1993, sujeita-se a Contratada ao pagamento de multa, nos termos da alínea "c" da subcláusula 9.3, sem prejuízo da possibilidade de aplicação das penalidades previstas nas alíneas "d" ou "e" da subcláusula 9.3.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA PUBLICAÇÃO**

12.1. Incumbirá ao Contratante providenciar, à sua conta, a publicação deste Contrato e de todos os Termos Aditivos a ele referentes, no Diário Oficial da União, no prazo previsto pela Lei n. 8.666/1993.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO**

13.1. Para dirimir as questões oriundas do presente Contrato, será competente o Juízo Federal da Capital do Estado de Santa Catarina.

E, para firmeza, como prova de haverem, entre si, ajustado e contratado, depois de lido e achado conforme, é firmado o presente Contrato pelas partes, dele sendo extraídas as cópias necessárias para a sua publicação e execução.

Florianópolis, 15 de maio de 2020.

CONTRATANTE:

EDUARDO CARDOSO  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

CONTRATADA:

BRUNA MANUELA ADRIANO  
DIRETORA